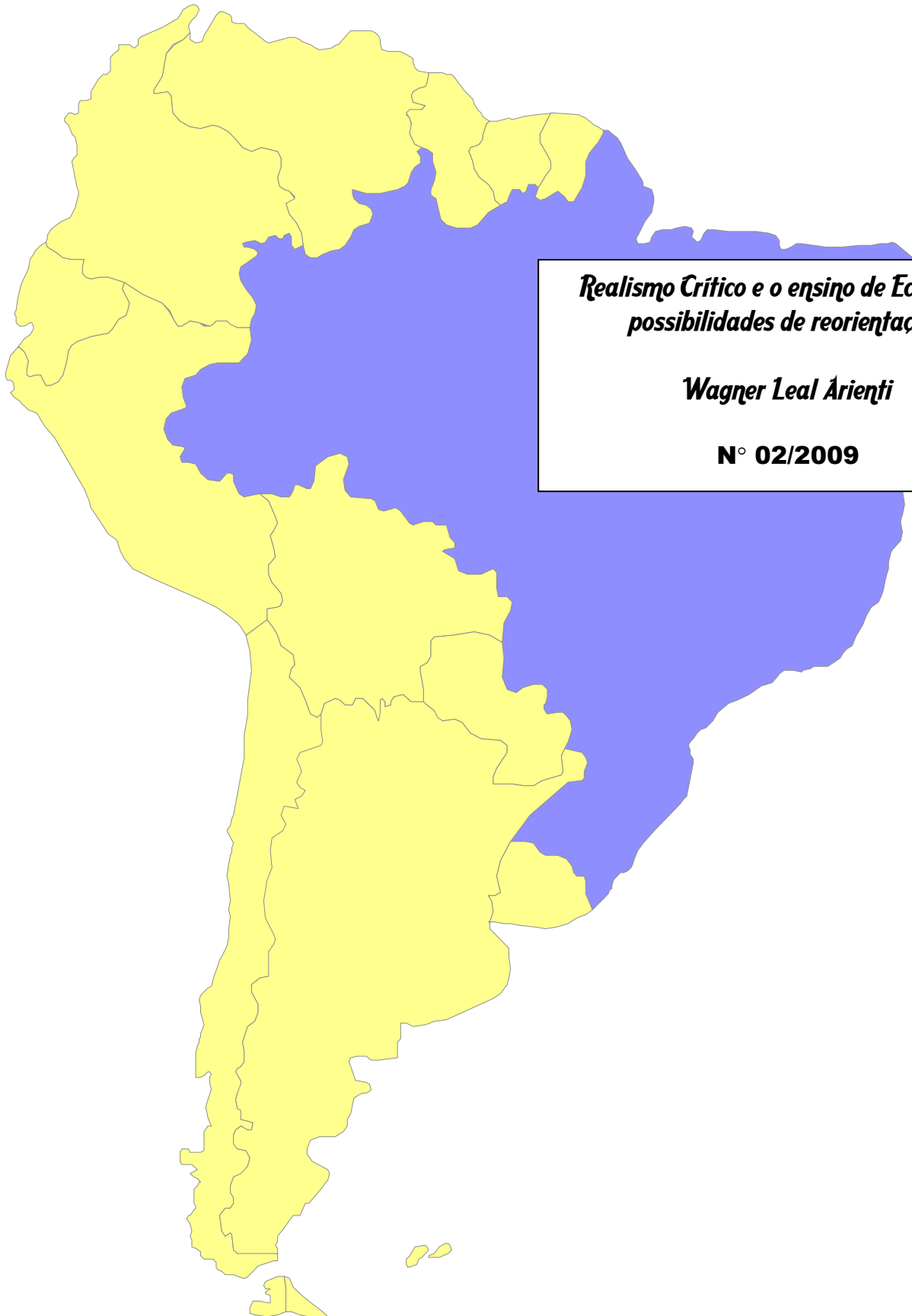


TEXTO PARA DISCUSSÃO



*Realismo Crítico e o ensino de Economia:
possibilidades de reorientações*

Wagner Leal Arienti

Nº 02/2009

Realismo Crítico e o ensino de Economia: possibilidades de reorientações

Wagner Leal Arienti¹

I- Introdução:

A Economia como ciência social tem uma dupla característica: de um lado, a economia pura com conteúdo abstrato e apresentação das teorias em modelos formais; de outro lado, a economia aplicada com preocupações de análise e recomendações de estratégias e política econômica. Como esperado, as relações entre economia pura e economia aplicada, ou entre abstrato e concreto, ou ainda entre teoria e prática são complicadas. Para tão difícil relação, existem múltiplas respostas e difícil consenso sobre qual melhor método. Em termos exagerados, podemos identificar abordagens que consideram que este golfo entre teoria e prática pode ser transposto sem método, caso a caso, dependendo do objeto de estudo, em um extremo, e outros que aceitam a aplicação de teorias à análises de forma direta, sem intermediações e variações, sendo a realidade um teste para as teorias, em outro extremo. Entre os extremos, há uma grande maioria que se preocupa com métodos para resolver este problema, pois considera-o como um problema metodológico. Por si só, este deslocamento para a metodologia é também um problema adicional pois envolve sair da área da ciência e entrar em epistemologia, em filosofia. Novamente, opções extremadas são usadas e abusadas, como as opções pelo positivismo instrumentalista de uma leitura apressada de Friedman ou pela dialética, em uma leitura totalitária de Marx. Entre os extremos, podemos identificar a utilização de modelos como proposição de hipóteses e sua aplicação econométrica como teste de hipótese, pelo *mainstream* (ortodoxia, doravante) ou uma pluralidade de métodos, pelos não adeptos do *mainstream* (heterodoxia, doravante).²

O ensino de Economia tem que lidar com este problema cotidianamente. A ciência econômica é formada por múltiplas escolas que, cada uma por sua vez, teve ora suas análises, para sua época, transformadas em teorias, ora suas teorias aplicadas em várias análises. Na maioria das vezes, as escolas do pensamento econômico são apresentadas como teorias com conteúdo universal e aplicação generalizada. Ao se deparar com a diversidade de objeto de estudo e método utilizados pelas escolas e com as contradições e críticas entre as teorias, o aluno iniciante tem o caminho da apresentação das várias escolas ou a especialização em uma dada escola considerada dominante. Neste último caso, deve concentrar seu conhecimento em teorias desta escola que, por sua vez, tem uma visão particular da realidade econômica e de método apropriado. Por raras vezes esta escolha cabe ao aluno, na maioria das vezes é escolhida previamente como uma seleção já feita pela própria ciência e colocada unilateralmente aos alunos como a versão contemporânea das teorias dominantes.

Outro problema que o ensino de Economia e seus alunos têm que se deparar é com a primeira tentativa do exercício de análise, normalmente a monografia ou trabalho de conclusão de curso. Como esperado, os alunos não podem estar acima do “estado das artes” da sua ciência e o ensino de Economia lida com a relação teoria e prática da mesma forma que a evolução da sua ciência, isto é, ora com utilização de métodos consagrados, sem grandes questionamentos se são consagrados pelos seus acertos ou erros, ora com pragmatismo, múltiplas tentativas e com a escolha da que se considera mais próxima da realidade.

Uma pequena contribuição para este problema é perseguida neste ensaio. A relação entre teoria e prática não é um problema apenas para a ciência econômica, mas para a ciência. O que torna mais candente na Economia é a crença, confessada por vários teóricos, que tal problema será

¹ Professor do Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina.

² Houve a opção de fazer referência ao tratamento do problema de forma extremada e caricatural. Para uma abordagem do problema metodológico da Economia e suas tentativas de superar este problema, ver Backhouse (1994).

resolvido aproximando a Economia da *hard science*, tais quais as ciências da natureza, como Física, Química e Biologia.³ Acredita-se, nesta visão simplificada, que estas ciências não tem problemas metodológicos, que experimentos confirmam ou falsificam as hipóteses teóricas. Aceita esta visão, um movimento em direção aos métodos destas ciências naturais pode afastar a Economia do caráter ideológico que contamina as ciências sociais e aproximar de uma explicação da realidade, como nas ciências naturais. Seguir este caminho, é desconhecer os problemas que as *hard science* também enfrentam na relação teoria e prática, haja visto a relação entre biologia e medicina.

Ao colocar que o problema entre teoria e prática não é exclusivo da ciência econômica mas do conceito de ciência e da prática dos cientistas, há o reconhecimento de que o problema ultrapassa a discussão interna às ciências e deve, portanto, se orientar para a filosofia. Infelizmente, uma característica da comunidade científica de Economia que vive intensamente este problema entre teoria e prática é seu desprezo e conseqüente despreparo para discutir a relação entre filosofia e ciência.⁴ Em termos mais uma vez simplificados, os extremos tem uma grande força e o meio termo é uma grande confusão. Ou adota-se uma filosofia e método como uma verdade absoluta, com teorias universais e aplicação generalizada com força para explicar passado, presente e, mais ainda, prever o futuro, ou adota-se visões e métodos sem defesas e argumentos. Adicionalmente, há a hegemonia da filosofia Popperiana do teste falsificacionista de hipóteses.⁵ Podendo incidir em outro exagero, pode-se dizer que não se acompanha na Economia o debate filosófico sobre ciência.

Procurando colocar a situação de forma mais precisa, o debate entre filosofia e ciência na Economia é um não debate (para colocar uma expressão utilizada por Arrighi). Há contribuições de filósofos e economistas para este problema de relação entre teoria e prática, mas não atinge ou atinge muito lentamente o centro das discussões teóricas.⁶ Cristalizam-se concepções e métodos na Economia que, de outro lado, estão sendo criticados nos periódicos de filosofia, metodologia e mesmo nos periódicos de metodologia econômica. O positivismo de Hume, o falsificacionismo de Popper e o instrumentalismo de Friedman são criticados por longo tempo, mas a penetração destas críticas são marginais na ciência econômica e na academia.

Romper este não-debate parece ser necessário caso haja persistência no interesse em iluminar o problema entre teoria e prática na Economia. A contribuição neste ensaio não é original, no sentido de propor uma direção para tentar superar alguns obstáculos frente este problema maior, mas sim de apresentar e divulgar uma nova proposição de ciência e sua aplicação para a teoria econômica. A pequena contribuição pode ser dada, acredita-se, em uma nova forma de encarar a própria realidade e o conhecimento, em termos gerais e por isso filosóficos, e, a partir desta nova luz, encarar de forma diferente a realidade econômica e o potencial e limites da teoria e da análise. Acredita-se ainda que esta nova visão tem implicações para o ensino de Economia, com sugestões de reorientações na pedagogia específica para o curso de graduação em Economia.

O debate filosófico sobre ciência teve contribuições que influenciaram as ciências sociais. Entre estas contribuições está o realismo transcendente de Bhaskar como uma nova proposição teórica (isto é filosófica) para ciências naturais e o naturalismo crítico como uma nova proposição, de acordo com o realismo transcendente, para as ciências sociais.⁷ Ao considerar que a ciência tem a pretensão de explicar a realidade como um sistema aberto, rejeita a necessidade de definir o objeto de estudo das ciências pela regularidade de um sistema fechado. Apesar da realidade se revelar empiricamente em fenômenos, fatos e eventos, isto é, se revelar de forma temporal e espacial como um sistema fechado, a ciência deve tratar a realidade como um sistema aberto. Cabe à análise de situações específicas tratar esta dada realidade como um sistema fechado contingentemente.

³ Sobre a dicotomia *hard science* e *soft science* que assombra a ciência econômica, ver Arida (1996)

⁴ Lawson (1997) e (2003) é um persistente crítico em apontar as limitações filosóficas do vertente ortodoxa da Economia.

⁵ Lawson (1997), especialmente capítulo 4, '*The legacy of Positivism*', e capítulos da parte II, '*Problems of contemporary economics*'.

⁶ Esta crítica é o ponto de partida da coletânea de Backhouse (1994).

⁷ Respectivamente Bhaskar (1978) e (1979).

Considera-se que esta hipótese é um bom ponto de partida para discutir problemas da relação teoria e prática. A filosofia do realismo crítico teve impacto nas ciências sociais. Apesar de divulgação limitada e de lenta penetração, houve contribuições do realismo crítico para uma crítica à Economia, principalmente sua vertente ortodoxia. A principal referência é o livro de Lawson *Economics and Reality*, com primeira publicação em 1997. Dado que a crítica realista levou Lawson a sugerir uma reorientação na abordagem teórica na Economia, esta reorientação aplicada ao Ensino de Economia pode ser estender além da sugestão inicial de Lawson.⁸ Posto isto, o presente ensaio visa apresentar as proposições de Bhaskar na seção II, as de Lawson na seção III e as sugestões de reorientação no ensino de Economia nas seções IV e V. Uma pequena seção de observações finais e reafirmações compõem a tradicional seção de conclusão.

II- Ciência para um sistema aberto: o realismo crítico de Bhaskar

A Realist Theory of Science de Roy Bhaskar é um livro de filosofia que paralelo a sua proposição de uma nova abordagem para a ciência, há também uma defesa de sua proposta com contraste entre o empirismo da escola de David Hume e o idealismo da filosofia de Kant. Sem querer entrar na discussão filosófica, o ponto a ser destacado é sua contribuição para a ciência de sistemas abertos, que permitiu um distanciamento do empirismo e uma nova visão do experimento empírico e sua relação com a teoria. Neste sentido, pode-se considerar sua contribuição como uma nova abordagem da relação entre teoria e prática.

A perspectiva realista da ciência separa o domínio empírico do domínio real. O domínio empírico está vinculado a percepção de eventos, por exemplo, percebe-se o evento X e o evento Y. A partir daí, o conhecimento deve procurar evidências de regularidade nos eventos, quando X, ocorre também Y. O realismo empirista de Hume limita a realidade a apenas este domínio, portanto qualquer tentativa de explicação da realidade estaria vinculada a percepções de regularidades entre eventos e, a partir daí, a explicação pela ciência seria de estabelecer causalidade entre eventos regulares. Assim, dado eventos X e Y pode-se deduzir uma causalidade de X determinando Y (ou no sentido contrário). A possibilidade de ciência estaria dada pela ocorrência de regularidades, assim a ciência explicaria as leis da natureza.⁹

A proposição de outros domínios além do empírico para explicar a realidade permite, de imediato, desvincular a causalidade da percepção ou, como afirma Bhaskar (1978, cap. 1), negar a visão antropocêntrica da realidade e aceitar que a realidade exista independente do conhecimento e percepção.¹⁰ A teoria realista da ciência foi uma proposição primeiramente dirigida para as ciências naturais. A proposição original está no realismo transcendente, em oposição ao realismo empirista, e adiciona novos domínios ao conhecimento para que possa haver inteligibilidade mesmo quando não há regularidade de eventos. O conhecimento e a ciência têm a pretensão de que a realidade é inteligível e por isto procuram uma explicação para os eventos. A ciência nunca se limitou a explicar apenas a regularidade de eventos, caso contrário haveria apenas a astronomia como ciência que explica a regularidade do movimento dos astros. A proposição de Bhaskar para uma abordagem realista da ciência é a definição de três domínios ou dimensões do conhecimento: real, atual e empírico. Portanto, abre a possibilidade das causas dos eventos estarem em domínio além do empírico e, mais do que isto, da explicação prescindir da regularidade de eventos, o que não significa prescindir do domínio empírico.

⁸ Lawson (2003) defende esta reorientação na teoria econômica especialmente no capítulo III, “*an ontological turn in economics*”, p.28-62.

⁹ Baskar (1978), cap. I: Philosophy and Scientific Realism.

¹⁰ “In Section 3 I argued that only if causal laws are not the patterns of events that enable us to identify them can the intelligibility of experimental activity be sustained. But causal laws are, or have seemed to philosophers to be, pretty mysterious entities. What can it mean to say that they have a real basis independent of events? The answer to this question will be seen to necessitate the development of a non-anthropocentric ontology of structures, generative mechanisms and active things”. (Bhaskar, 1978, p. 45.

A proposição do realismo transcendente de Bhaskar é para uma ciência que seja também separada e hierarquizada em domínios tal qual a realidade. A separação entre o real e o empírico permite apresentar a proposição de que as causas estão no domínio real. O domínio atual é a reunião de várias causas, sua combinação para a expressão em eventos e fenômenos. A percepção dos fenômenos está no domínio empírico.

No domínio real estão as estruturas, mecanismos e poderes que podem ser acionados ou não e estão presentes na realidade independente de sua atualização em eventos e fenômenos e percepção no domínio empírico. Se há ou não automatismo na combinação de estruturas e mecanismos, se os poderes estão em estado potencial ou efetivo, são possibilidades que cabe a ciência explicar. Para Bhaskar, cabe a filosofia propor uma teoria realista da ciência que afirma a dimensão real, a existência de estruturas e mecanismos mesmo quando não há percepções de sua atualização ou ação, por isto que seu realismo é transfactual, isto é, os elementos do domínio real existem independentemente de sua realização factual.¹¹

O domínio empírico ganha um nova perspectiva para a ciência no realismo transcendente. No caso das ciências naturais, o empírico revelado por experimentos são provocados pela mão do cientista. Neste caso, a regularidade de eventos é não natural, mas sim provocada e dirigida no experimento. O objetivo do experimento é verificar se casualidades propostas pelas hipóteses dos cientistas podem ser percebidas empiricamente. Para isto, há a necessidade de agir intencionalmente sobre o ambiente, de isolar o funcionamento de dada estrutura e mecanismo para que estes revelem seus poderes e causalidades sem intervenção de outras estruturas. Portanto, artificialmente o experimento cria um sistema fechado para que uma dada estrutura revele empiricamente seus efeitos sobre os fenômenos. A contribuição do experimento e, por extensão, a contribuição da evidência empírica, está em se acreditar que as estruturas e mecanismos existam permanentemente, mesmo quando não encontrem as condições ideais forjadas pelo experimento. Caso contrário, a causalidade revelada pelo experimento não teria aplicação fora daquele ambiente.

O domínio atual também tem sua importância pois se as causas emergem do domínio real, a reunião desta forças se realiza no domínio atual. Dependendo da abordagem deste domínio, pode-se ter um realismo de sistema aberto ou fechado. Como vimos, estruturas e mecanismos no domínio real existem independentemente de sua realização em eventos e fenômenos. O caráter transfactual das estruturas e de suas forças indica a sua existência mesmo quando não revelada empiricamente pois é no domínio atual que há a conjunção de forças das várias estruturas. Nesta conjunção de forças pode haver a potencialização de forças de algumas estruturas, assim como sua neutralização. Com um exemplo simples podemos entender que não é pela revogação da lei da gravidade que o avião não cai, mas sim por outras forças que superam a gravidade sempre atuante. A proposição inovadora do realismo não se restringe ao caráter transcendente das estruturas no domínio real, mas se estende também ao tratamento da conjunção das forças estruturais no domínio atual. Caso as estruturas e suas forças se combinem de forma isolada de outras estruturas ou ainda tenham uma combinação fixa, teremos a caracterização de sistemas fechados. Assim, o encontro das estruturas X e Y produzirá o resultado $X+Y=Z$. Caso haja a possibilidade de combinações flexível, temos a possibilidade de sistemas abertos. Exemplo não exaustivo, a conjunção X e Y, quando na situação A, tem como resultado $X+Y=Z$, mas quando na situação B, o resultado é $X : Y=W$.¹²

O realismo transcendente propõe superar alguns vícios teóricos como o atomismo, isolacionismo das estruturas e as articulações fixas que caracterizam os sistemas fechados. O sistema fechado, como no caso dos experimentos em ciências naturais, é intencionalmente buscado pelo cientista, portanto é um caso especial que pode ajudar a explicar casos mais gerais quando há o encontro das estruturas permanentes. No caso das ciências sociais, de difícil realização de experimentos, a realidade específica é um caso de sistema fechado que pode acontecer contingentemente pela conjunção de forças estruturais em dada situação. A realidade específica de

¹¹ Bhaskar (1978, p. 34).

¹² Outros argumentos para a abordagem sobre sistemas abertos ou fechados serão apresentados na seção IV.

um sistema fechado deve ser explicada pela análise. A teoria tem a pretensão de generalização e, por isto, não pode ficar presa a sistemas fechados.

O universo das teorias é o sistema aberto. Cabe a filosofia indicar a possibilidade de tratamento da realidade como um sistema aberto. No realismo esta possibilidade é dada pelo caráter transcendente das estruturas, que são perenes no domínio real, que estão combinadas no domínio atual e suas causas podem ser percebidas ou não no domínio empírico. Sua existência no domínio real e sua não revelação no domínio empírico devem-se a possibilidade de múltiplas combinações de estruturas existentes na dimensão atual. As estruturas e seus mecanismos de ação se combinam com outras estruturas em uma dada relação constante apenas em determinados contextos (isto é, dependendo da relação com outras estruturas). É isto precisamente que um experimento procura criar, um determinado contexto constante para que a causa emergente de uma estrutura se revele, ou que uma dada relação entre estruturas em um dado contexto se revele. Fora daquele contexto, as estruturas e suas forças e causas permanecem mas os resultados podem ser diferente, porque a relação causal se modificou frente o novo contexto, frente a relação com outras estruturas.

O realismo transcendente como uma filosofia para a ciência mostra a possibilidade da realidade como um sistema aberto, embora empiricamente a realidade se apresente como uma multiplicidade de sistemas fechados, seja propositalmente fechado pelo experimento do cientista, seja fechado por combinações específicas dado o tempo e espaço. O objetivo da ciência, como afirmado por Bhaskar, é explicar as causas dos fenômenos e não predizer os fenômenos. O que o realismo transcendente pode afirmar é que as causas podem ser explicadas pelo esquema tripartite e topográfico da realidade. As causas emergem das estruturas e mecanismos no domínio real, pela conjunção das estruturas no domínio atual. Mesmo sempre presentes, as causas estruturais podem ser neutralizadas no domínio atual, pois as conjunções de estruturas não são constantes, por isto que a realidade é um sistema aberto. Neste sentido, é melhor usar a terminologia de tendências estruturais para o domínio real, que podem vir a ser as causas de eventos no domínio atual e reveladas e percebidas no domínio empírico. Identificar estas tendências permite explicar a realidade, esperar pela realização destas tendências significa ter expectativas sobre resultados possíveis, mas não predizer o futuro de uma realidade em aberto.

Qual a reorientação que esta nova concepção de ciência, informada pelo realismo transcendente, pode dar para a prática do pesquisador e para o ensino da ciência? Há a reorientação para a ontologia. As ciências devem ter não apenas a preocupação com o poder de explicação de suas teorias, mas também deve explicitar qual realidade a teoria acredita poder explicar. Se esta realidade a ser explicada é a tripartite do realismo transcendente, deve a ciência revelar qual caracterização do domínio real está baseando suas explicações, quais as estruturas que está escolhendo analisar, porque suas tendências podem se revelar ou não empiricamente. Esta reorientação é o movimento de retrodução que busca explicitar o que na maioria das teorias está implícito, a ontologia científica. Em termos de filosofia da ciência, o realismo transcendente diz que as estruturas no domínio real produzem as forças que irão determinar a causa dos fenômenos. Cabe à filosofia, e no caso ao realismo transcendente explicar não as causas do fenômeno mas a possibilidade do fenômeno ocorrer. Cabe, por sua vez, à ciência explicar o fenômeno como resultado de uma conjunção de tendências, para isto é preciso partir de estruturas dadas, identificar mecanismos que provocam suas forças, seu sentido e intensidade. Portanto, o que o realismo transcendente propõe para a epistemologia é que a ciência revele sua ontologia, a natureza da realidade que procura explicar, as estruturas que estão no domínio real que geram as propriedades emergentes e as forças que são persistentes, embora nem sempre empiricamente reveladas.

O que se espera é que a ontologia científica seja coerente com a ontologia filosófica. A ontologia do realismo transcendente nos apresenta a realidade como tripartite, havendo, portanto, o domínio real, atual e empírico. Se seguimos a orientação do realismo transcendente para ter uma filosofia (teoria) realista da ciência, esta deve revelar e explicitar como aborda estes domínios. Isto implica em revelar não apenas como explica a realidade mas qual realidade propõe-se a explicar.

Portanto, o realismo transcendente propõe que as teorias sejam estudadas a partir de sua ontologia.

Como vimos, o livro de Bhaskar, *Realist Theory of Science*, foi voltado para uma adequação do conhecimento e ciência à uma ontologia com instâncias entre o real e o empírico. Os exemplos citados estavam relacionados com as ciências naturais. Em seu livro seguinte, *The Possibility of Naturalism*, Bhaskar (1979) analisa uma questão recorrente nas ciências sociais: a possibilidade de conhecimento nas ciências sociais tal qual nas ciências naturais. Esta é a possibilidade do naturalismo, isto é, utilizar métodos das ciências naturais para também explicar objetos típicos das ciências sociais. Colocando em outra terminologia, a diferença entre *hard science* e *soft science* poderia implicar que as ciências sociais não teriam o mesmo rigor das ciências naturais. Bhaskar (1979) interfere neste debate, mantendo sua posição sobre o caráter realista das ciências e, portanto, também sua aplicação para as ciências sociais. Sua nova proposição está na caracterização diferenciada do objeto das ciências sociais em relação ao objeto das ciências naturais. Dado que Bhaskar denominou esta proposição de novo naturalismo crítico (*new critical naturalism*), a referência filosófica para as ciências sociais fundiu a terminologia do realismo transcendente e o novo naturalismo crítico e, curiosamente, surgiu o termo realismo crítico.

O naturalismo, entendido como a abordagem das ciências naturais, pode ser aplicado às ciências sociais desde que esta abordagem seja realista. Mantém-se, portanto, a ontologia da realidade e a estratificação dos domínios. Mantém-se a separação entre o domínio real, onde situam as estruturas geradoras de forças e tendências, e o domínio empírico, onde se pode perceber os fenômenos. Como colocado acima, esta separação instanciada não permite reduzir o empírico ao real, de um lado, nem que o real seja diretamente revelado pelo empírico. A existência de estruturas e suas tendências não garante, por si só, uma determinação direta sobre o fenômeno ou fato social. O realismo crítico se coloca distante do empirismo e do estruturalismo tão presentes nas ciências sociais.

Veremos mais adiante as possibilidades de reorientação do realismo crítico para a Economia e o ensino de Economia. Por ora, haverá, nesta seção, a apresentação e revisão de apenas mais um argumento ligado ao naturalismo. Na realidade social, não podemos considerar o automatismo que existe em determinadas estruturas tal qual na natureza. A relação estrutura e mecanismos que se, de um lado, pode ser automática ou não na natureza, deve ser tratada diferenciadamente no domínio real da realidade social. As estruturas e mecanismos sociais não são apenas relações sociais reificadas no passado, mas em permanente atualização. Esta atualização se dá pela relação entre estruturas e agentes, em processo que pode levar a reprodução e a transformação das próprias estruturas, de um lado, e direcionar forças e tendências estruturais que agem sobre a realidade social, de outro lado.

Demais possibilidades do realismo crítico em explicar a realidade como um sistema aberto e, com esta proposição, reorientar a Economia, como um ramo das ciências sociais, e também reorientar o ensino de Economia, serão vistas na demais seções.

III- Realismo Crítico e a Economia: a crítica a teoria de sistemas fechados

A difusão do realismo crítico nas ciências sociais foi diferenciada entre seus vários ramos. Apesar de ainda ser marginal, sua abordagem teve um duplo impacto. Primeiro, o realismo crítico tem sido utilizado para criticar o realismo empirista das teorias mais preocupadas em passar no teste falsificacionista das hipóteses. Tem também sido utilizado para criticar o não realismo pós-modernista, entendido como uma nova versão do idealismo já criticado por Bhaskar, ver Sofianou (1995). O realismo crítico também serviu de base para a formulação de novas teorias com atenção em revelar a ontologia utilizada e, a partir daí, explicar o comportamento e funcionamento das estruturas de forma a gerar tendências que podem contribuir para a explicação final sobre o caráter contingente da realidade.¹³

¹³ Este é o caso das contribuições de Jessop na ciência política, ver Jessop (1922), (1990) e (2008).

No caso da Economia, a abordagem realista é marginal, menos pela qualidade de suas críticas e proposições do que pela avassaladora quantidade da produção do *mainstream*. A referência inicial do realismo crítico na Economia é o livro *Economics and Reality* de Lawson (1997). Apesar de marginal, houve difusão do realismo crítico na Economia, o que permitiu, primeiro, uma crítica às teorias do *mainstream*, e, segundo, reinterpretções de teorias com preocupações de explicitar sua ontologia e seu tratamento da realidade como um sistema aberto. Isto foi feito para a teoria marxista e a teoria keynesiana.¹⁴ Em outro livro, Lawson (2003) propõe uma reorientação da Economia para ontologia como uma forma de superação do mal-estar reconhecido pelos próprios autores do *mainstream*.¹⁵

Nesta revisão da proposta de Lawson de reorientar a Economia, e com isto aproveitar para reorientar o ensino de Economia, os objetivos são (i) destacar sua crítica às teorias do *mainstream* enquanto ontologia de um sistema fechado, (ii) defender uma ontologia de sistemas abertos e definir o potencial e limites das teorias e (iii) propor uma reorientação das teorias para explicitar a ontologia utilizada. Os dois primeiros pontos serão brevemente revistos nesta seção, o último ponto será apresentado destacadamente na próxima seção.

Como entender o paradoxo das teorias econômicas ortodoxas que tem uma preocupação com rigor teórico e modelos formalísticos, normalmente em linguagem matemática e, subsequentemente, uma preocupação em testar suas teorias em uma ampliada estatística e econometria, de um lado, e a manutenção da dicotomia teoria e prática e o descontentamento com suas análises e, mais ainda, com suas previsões, de outro lado? Vários momentos deste descontentamento são citados por Lawson entre os principais teóricos do *mainstream*. Uma manifestação de estudantes contra o ensino tradicional da teoria ortodoxa cunhou o termo autismo para indicar o problema de separação entre o formalismo teórico e o desligamento da realidade¹⁶. O desenvolvimento da econometria dentro da teoria econômica parecia ser a ponte entre a teoria e a realidade e a possibilidade de testar as hipóteses avançadas nos modelos teóricos. Neste caminho, o *mainstream* avançou celeremente. A resposta para entender a persistência do paradoxo ao longo do desenvolvimento da ortodoxia foi dada por Lawson (1997) ao perguntar qual realidade se estudava. Portanto, enquanto muito da crítica heterodoxa ficava limitada a opção ideológica, a crítica, a partir do realismo crítico, se deslocou para a ontologia.

Lawson (1997), (2003, cap.1) identifica inicialmente como característica do *mainstream* a adoção de modelos matemático-dedutivos do que os princípios explicativos que fundaram e diferenciaram a escola neoclássica das demais escolas do pensamento econômico. Se há ainda algumas premissas dos primeiros neoclássicos, como a noção de equilíbrio, há novas noções que deram uma flexibilidade e expansão com aplicação generalizada de seu método dedutivo, o que foi considerado como um imperialismo da Economia nas demais áreas das ciências sociais. No entanto, a crítica de Lawson acerta mais quando passa da identificação do método dedutivo, que alguns rebatem não ser uma característica de todo o *mainstream*, para a ontologia de sistemas fechados.

A crítica de Lawson aos modelos matemático-dedutivos está em sua aderência a um já superado realismo empirista que remonta a Hume. A dedução de que o evento X é a causa do evento Y (o inverso também pode ser deduzido) é fruto da constatação empírica da regularidade entre os eventos X e Y. No realismo empirista, com sua ontologia plana, isto é, com as determinações em apenas um domínio, a regularidade dos eventos permitiria a deduções de leis causais entre os eventos, seja X é causa de Y ou Y causa de X. Neste caso, a ciência econômica estaria presa a regularidade de eventos. Como a regularidade de eventos é rara, como os resultados econométricos dos modelos do *mainstream* evidenciam, as teorias não podem se basear na

¹⁴ Ver Fleetwood (1999) e Dunn (2004), respectivamente.

¹⁵ Lawson (2003), cap. I, 'Four theses on the state of modern economics' é abundante em citações dos autores do *mainstream*. Ver também Lawson (2006)

¹⁶ Os documentos dos estudantes que iniciou o 'movimento pós-autista' na Economia podem ser encontrados no site: <http://www.paecon.net>.

ontologia plana do empirismo.

Desvelar a ontologia pressuposta nas teorias que adotam o método dedutivo torna-se assim necessária para explicar a persistência deste método mesmo reconhecendo a raridade da regularidade de eventos, pois esta já incorporou a possibilidade dos erros aleatórios nos seus modelos. Neste momento, a crítica de Lawson se desloca para a ontologia de sistemas fechados que sublinha as teorias ortodoxas. Como vimos, os sistemas fechados se baseiam no pressuposto do atomismo, isolacionismo e nas relações fixas entre estruturas.¹⁷

Após superar a necessidade da regularidade de eventos, o problema das teorias ortodoxas não é, por si só, o método dedutivo, nem o formalismo matemático. Mais uma vez, o problema é a ontologia de sistema fechado que persiste de forma implícita nas teorias ortodoxas. Entre as estruturas no domínio real, de acordo com a visão ortodoxa está o indivíduo racional. Como colocado por Lawson, o problema não está no indivíduo racional, mas sim no atomismo, seja quando considera o indivíduo, a firma, o governo. A crítica ao atomismo está na premissa de que sua força, ação ou mesmo reação serão sempre da mesma forma em qualquer relação e contexto. Ao centrar a análise na racionalidade e a partir daí maximização da função objetivo, as teorias e modelos encobrem algo que precede a racionalidade, que é a intencionalidade. As relações dos indivíduos com as estruturas sociais dependem de suas intenções, de sua capacidade de agir sobre as estruturas dadas e estratégias formuladas para direcionar as forças das estruturas. Longe de um comportamento padrão esperado pelo atomismo, a relação indivíduo-estrutura não é automática, depende de estratégias e pode ter uma trajetória de reprodução ou transformação.

A relação estrutura-agente no domínio real pode ser flexível dependendo da capacidade dos agentes em formular estratégias de reprodução das estruturas, de sua mudança de trajetória ou mesmo de sua transformação. Se nos livrarmos da rigidez das estruturas, como suposto pelo estruturalismo mecanicista, do atomismo das estratégias e do automatismo reprodutor da relação estrutura-agente, pode-se considerar que a multiplicidade de resultados possíveis já começa com a ontologia do domínio real. Como lembrado por Bhaskar, cabe a ontologia filosófica abrir as possibilidades, cabe, por sua vez, a ontologia da ciência e da teoria usar as possibilidades para explicar a variedade de resultados possíveis e também a dificuldade ou mesmo impossibilidade de alguns resultados frente a permanência de estruturas. Com uma ontologia de sistemas abertos, o papel da teoria é explicar que, com as estruturas existentes, há caminhos abertos que podem ser definidos na relação com outras estruturas e nas estratégias dos agentes, da mesma forma, há caminhos fechados pela flexibilidade limitada das estruturas, para abrir estes caminhos é necessário estratégias de mudanças estruturais.

Há problemas também na ontologia das teorias ortodoxas em não considerar o domínio atual e as articulações que podem ocorrer na conjunção das tendências que emergem das estruturas. O pressuposto de isolamento das tendências e sua relação fixa com demais tendências são implícitas em teorias e modelos que, por sua vez, pulam as determinações que podem ocorrer no domínio atual.

Deve estar bem claro a diferença que há entre seleção das estruturas no domínio real como opção da teoria em sua tentativa de explicar os fenômenos que interessam, de um lado, e o isolamento destas estruturas e desligamento de seu contexto, de outro lado. Na primeira alternativa, não se espera que a ciência seja totalitária e tenha o poder de previsão, mas sim tenha poder de explicação a partir das tendências reveladas pelas estruturas escolhidas. Na segunda alternativa, há a escolha de variáveis endógenas e, por exclusão, de variáveis exógenas, isolando as variáveis endógenas e colocando as mudanças nas variáveis exógenas como ruídos ou erros aleatórios. O problema da segunda alternativa é identificado como isolacionismo, isto é, isolar estruturas ou mesmo relação de estruturas de possíveis relações com outras estruturas. Como colocado anteriormente, os sistemas abertos se revelam na variedade de sistema fechados que podem ocorrer. No caso do experimento, como vimos acima, cabe ao cientista isolar as estruturas de mudanças no

¹⁷ A crítica a estes pontos está em Lawson (1997), capítulo 8, '*Economic theory*', e (2003), capítulo I, op. Cit.

ambiente que podem afetar o resultado e, nesta nova situação de isolamento, poder perceber a ação de estruturas e identificar a sua tendência e possível causa sobre o fenômeno. Ao mudar o experimento e ao mudar o sistema fechado, a estrutura selecionada pode se relacionar com novas estruturas e ter sua tendência neutralizada. Repetindo, o isolamento provocado nos experimentos é artificial, provocado pelo cientista nos casos permitidos.

No caso da realidade social, os sistemas fechados se formam historicamente, com *spacial fix* e *temporal fix*, isto é, momentos em que se pode considerar a rigidez em determinadas estruturas ou determinadas relações. Dado o lugar, *spacial fix*, e o tempo, *temporal fix*, pode-se considerar que, temporariamente e provisoriamente, a rigidez de algumas estruturas pode prolongar a ocorrência de uma dada situação e um dado contexto. Neste caso, pode-se concentrar a análise em algumas estruturas e considerar as demais constantes. No entanto, este isolamento aplica-se a análises, mas não a teorias. As teorias devem ter um poder explicativo sobre determinadas estruturas e relações estruturais e revelar as tendências esperadas em determinadas situações que realizam o seu potencial, isto é, as tendências se atualizam em causas dos eventos. No entanto, a indeterminação deve-se a impossibilidade de isolar relações estruturais do efeito de outras estruturas. O erro isolacionista está, primeiro, em acreditar que ao explicar uma dada tendência estrutural está contribuindo na explicação da realidade em geral caso as demais estruturas permaneçam constantes ou, segundo, em acreditar que a tendência identificada explica parte da realidade, sendo que demais tendências podem somar na explicação mais abrangente da realidade. Em outros termos, o isolacionismo exclui-se da explicação a riqueza das relações estruturais que ocorrem no domínio atual. O problema é transformar análises de sistemas fechados em teorias também de sistemas fechados, generalizando o particular. Quando teorias de sistemas abertos devem analisar sistemas, temporariamente e espacialmente, fechados.

Outro problema em desconsiderar o domínio atual é supor que a relação entre as estruturas se dará sempre de forma constante. O encontro entre X e Y será sempre X+Y ou X vezes Y. A partir desta suposição pode se construir funções estáveis definidas pela suposta ontologia. Neste caso, a matemática é utilizada como instrumento para apresentar formalmente a relação estável. Corretamente, não se pode criticar a matemática. Pode-se sim criticar a ontologia das relações constantes pois cristaliza relações, que podem até ocorrer em determinados espaços e momentos, o que é uma das condições para os sistemas fechados. A ontologia de sistemas abertos deve levar em conta o domínio atual e que as tendências estruturais se encontram neste domínio e, portanto, pode haver relações entre estruturas que potencialize determinadas tendências, assim como pode haver relações entre estruturas que contra-balancem estas tendências. Mais uma vez, o caso do fechamento provocado de alguns experimentos tem, por exemplo, o objetivo de frente a ação de uma dada estrutura provocar a ação de outros mecanismos que neutralizem a ação da primeira ou impeçam seu funcionamento. O experimento de remédios pode ser uma boa ilustração. Pode-se afirmar, assim, que os sistemas abertos devem ter uma ontologia que permita a possibilidade de múltiplas relações de estruturas e agentes no domínio real e, por sua vez, as teorias devem explicar as forças e tendências produzidas neste domínio. Adicionalmente, a ontologia das teorias deve abrir espaço também para as múltiplas articulações entre as tendências estruturais, relações estas que ocorrem no domínio atual. Considerar que estas articulações são constantes é fechar prematuramente a realidade e cair no erro das relações fixas. Supor que uma teoria tem o poder de explicar a hierarquia de relações, ou a infra-estrutura e a superestrutura e as relações constantes entre elas, é cair no reducionismo do estruturalismo e fazer uma ligação direta entre o domínio real e o empírico, pulando a autonomia do domínio atual.

Dado que a Economia, principalmente em sua vertente ortodoxa, é uma ciência cujas teorias são apresentadas na forma de modelos matemáticos, os problemas acima descritos podem não ser percebidos se não se fizer uma crítica ontológica. Neste sentido, o realismo crítico pode sugerir reorientações que podem enriquecer o ensino de Economia. Primeiro, conforme sugerido por Lawson (2003), é a reorientação em direção a ontologia das teorias, isto é, explicitar qual realidade

as teorias querem explicar. Segundo, é a revalorização da análise, não como um teste de falsificação das teorias, mas sim de explicação do caráter contingente da realidade.

IV- Reorientações para o ensino de Economia I: da teoria para a ontologia

A questão possível de se colocar não só para a ciência econômica mas também para o ensino de Economia é qual a possibilidade de reorientação a partir da nova visão de realidade e ciência introduzida pelo realismo crítico. Lawson (2003) faz uma proposição de reorientação da ciência econômica a partir de uma teoria da ontologia social, baseada na ontologia proposta pelo realismo crítico. O objetivo deste ensaio é mais relacionado com a reorientação no ensino da ciência econômica, tal qual entendemos o ‘estado das artes’ nesta ciência, isto é, uma ciência social formada por múltiplas escolas, cujo desenvolvimento e atualização apresentam-se contemporaneamente com a dominância, pelo menos quantitativa em termos de publicação, de uma dada escola e, dentro dela, de um dado método.

Por ora, é importante deixar claro qual o ponto de partida da presente análise sobre o ensino de Economia para, a partir daí, haver a possibilidade de reorientação. O ponto de partida é que o ensino de Economia deve apresentar a pluralidade das escolas que compõem a ciência econômica como uma ciência de múltiplos paradigmas concorrentes. A diversidade dos paradigmas impede possibilidades de sequência, superação e, com isto, substituição de um paradigma por outro. Tal dinâmica é possível ocorrer apenas dentro de cada escola, algumas considerando que o desenvolvimento é uma sequência das idéias seminais da obra fundadora, daí o grande peso que tem a exegese destas obras, como no caso do marxismo e da escola keynesiana/pós-keynesiana, outras vêm seu próprio desenvolvimento com incorporação de novas proposições coerentes com princípios fundadoras e, por isto, dão mais importância às versões últimas do que a de seus fundadores, como é o caso da escola neoclássica.

Ao reconhecimento do pluralismo das escolas que formam a ciência econômica, deve-se adicionar que não há igualdade na divulgação das escolas. Há sim a hegemonia de uma dada escola e, além disso, de uma dada abordagem dentro desta escola, que é identificada por *mainstream* ou ortodoxia.¹⁸ Sem querer discutir as razões e condições para tal hegemonia, a opção pelo reconhecimento da pluralidade das escolas, e da apresentação desta pluralidade no ensino de Economia implicará, para fins deste ensaio, em fazer contrastes simplificadores e dicotômicos em termos de ortodoxia e heterodoxia, o que reduz a riqueza de diversidade das escolas. Feita esta ressalva, acredita-se na utilidade de se fazer a comparação apenas entre ortodoxia e heterodoxia.

Posto isto, a questão que se apresenta como frutífera para o ensino de Economia é como melhor apresentar as escolas e as diferenças entre as escolas. A centralidade que é dada, tanto na ciência quanto no ensino, à teoria e, a partir daí, à aplicação da teoria em análises, com todos os problemas já referidos na Introdução deste ensaio, implica que as teorias e suas escolas sejam ensinadas em disciplinas segmentadas, sem preocupação com a relação entre elas. São, portanto, apresentadas como incomensuráveis, incomparáveis e sem diálogo. Longe de querer critérios que possam dar uma avaliação comum para as teorias e suas escolas, o que é uma missão impossível, a questão é se novas referências podem dar uma visão melhor das diferenças entre as teorias e suas escolas. A proposição deste ensaio é que as referências do realismo crítico podem lançar novas luzes sobre estas diferenças.

A crítica de Lawson ao método matemático-dedutivo das teorias do *mainstream* deve ser inicialmente considerada, mas é importante ir mais adiante.¹⁹ Primeiro, a crítica está em acreditar que o método matemático-dedutivo é somente adequado à regularidade de eventos em um realismo

¹⁸ Ver os artigos de Caldwell (2009) e Lawson (2009a) em Fullbrook (2009).

¹⁹ Lawson identifica o *mainstream* não pela predominância de princípios explicativos dos fundadores da escola neoclássica mas sim pela aplicação generalizada do método dedutivo-matemático em modelos formais. Ver, especificamente, Lawson (1997), cap. 8 e Lawson (2003), cap. 1.

empirista. Como vimos acima, a crítica de Bhaskar (1978) ao empirismo realista e à idéia de possibilidade de conhecimento e ciência apenas com a identificação de regularidade de eventos expõe a fragilidade e limitação de teorias presas a esta concepção frente a uma realidade em que a regularidade normalmente é provocada em experimentos. Portanto, esta crítica não está no método em si, mas em acreditar sem maiores questionamentos no realismo empirista que limita a explicação ao método dedutivo ou indutivo. Segundo, qual realismo se baseia o método matemático-dedutivo? Ou de forma mais geral, qual noção de realidade está sendo considerada pela teoria que, por seus próprios objetivos, pretende explicar esta realidade²⁰. Esta segunda crítica deve ser desenvolvida não apenas para as teorias do *mainstream* mas também para as teorias das demais escolas.

O questionamento que se propõe fazer às teorias, e mais do que isto a possibilidade de reorientação no ensino destas teorias para que incorpore estas questões e suas respostas, ainda que tentativas, está informada e baseada no realismo crítico exposto, em linhas gerais, nas seções anteriores. O realismo crítico ao propor uma visão tripartite da realidade e da ciência indica que as teorias, por considerar a realidade inteligível e por propor explicá-la, devem revelar sua ontologia, isto é, qual a caracterização dos três domínios que permite um poder explicativo para as teorias. O caráter transcendente do realismo (por isso, realismo transcendente) permite a separação entre as causas emergentes no domínio real, a conjunção contingente de tendências no domínio atual e a percepção dos fenômenos no domínio empírico. A crítica que se faz às teorias por seu apego, sem grandes questionamentos, a métodos, como no caso do *mainstream* e o método matemático-dedutivo, de um lado, e à problemática relação entre teoria e análise, de outro lado, pode ser assim melhor formulada: trata-se da falta de preocupação com a ontologia das teorias. Se descartamos o realismo empirista e sua ontologia plana e, subsequente, aceitamos o realismo crítico e sua ontologia tripartite, deve haver uma reorientação na crítica teórica da epistemologia para a ontologia. Portanto, a primeira reorientação é em direção a ontologia dos domínios, principalmente real e atual, implícito nas teorias. O primeiro grande teste é se a ontologia das teorias permite explicar a realidade como um sistema aberto ou fechado, sendo que o realismo crítico é a base filosófica de defesa da possibilidade de explicar a realidade como um sistema aberto.

A primeira reorientação é, portanto, para analisar a ontologia das teorias. Com esta nova direção pode-se revelar algo que na maioria das vezes está implícito nas teorias, isto é, quais estruturas, seus mecanismos, as relações estrutura-agente selecionadas pelas teorias por considerá-las como possíveis causas dos fenômenos. Ainda, como a teoria trata as possibilidades de combinações entre as estruturas, tanto as selecionadas quanto as não selecionadas pela teoria, para orientar as análises, sendo que estas sim que devem explicar as causas contingentes dos fenômenos e fatos empíricos?

Como vimos, a filosofia do realismo transcendente informa sobre a possibilidade de se explicar a realidade como um sistema aberto. Por sua vez, a teoria apresenta hipóteses sobre causas que podem contribuir para uma explicação da realidade e, por último, a análise, informada por teorias, explica a realidade específica. Pela filosofia do realismo transcendente, as forças estruturais são tendências que podem influenciar ou não o evento empírico, sua transcendência está em sua presença mesmo que não se perceba seu efeito pois pode haver contra-tendências que anulam sua influências mas não impossibilitam a sua existência no domínio real. São estas estruturas no domínio real que devem ser reveladas no estudo ontológico das teorias.

Não se espera nas ciências naturais, nem nas ciências sociais, uma abordagem que se estenda sobre todas as estruturas possíveis de influenciar a realidade. A seleção das estruturas pela ciência é inerente à própria limitação da ciência e do conhecimento. Assim como na ciência natural, é importante revelar a existência de estruturas e seu poder causal sobre eventos, ainda que

²⁰ Ver as seguintes citações de Bhaskar (1978): 'The answer to the transcendental question 'what must the world be like for science to be possible?' deserves the name of ontology.'(P.23)

'The sense in which every account of science presupposes an ontology is the sense in which it presupposes a schematic answer to the question of what the world must be like for science to be possible.'(P.28-9)

estes eventos tenham que ser experimentos em que o cientista exclui condições encontradas na natureza. As teorias concentram-se sobre o comportamento de determinadas estruturas e procuram explicar seu poder causal. O problema está em não revelar esta seleção de estruturas, em considerá-la como tão natural que não precisa explicitá-la. Cabe, portanto, à reorientação para ontologia para explicitar esta seleção de estruturas, principalmente as estruturas sociais que interessam à Economia.

No caso das ciências sociais e a Economia, as estruturas são historicamente formadas e, por isto mesmo, apresentam uma longa duração e generalização no espaço. Dado a história, pode-se aceitar que as estruturas que interessam e devem ser selecionadas são as estruturas capitalistas, ou melhor, as estruturas que caracterizam a organização social como capitalista. Revelar esta seleção já é uma contribuição que a reorientação ontológica pode dar para o ensino de Economia e a diferenciação entre as escolas. O intuito é mostrar que as escolas e suas teorias são diferentes, por início, pela seleção de estruturas. O que não indica um critério de superioridade de uma escola em relação a outra, apenas dá uma referência para comparação e diferença.

A partir da seleção de estruturas, as teorias também visam explicar a relação estrutura e agentes e seus possíveis resultados. Como colocado anteriormente, a filosofia do realismo crítico, agora com a incorporação da crítica ao naturalismo, indica que as estruturas tem sua existência prévia à ação dos agentes sociais, por isso sua formação histórica e sua autonomia relativa são condições para a ação presente dos agentes sociais. No entanto, ainda de acordo com uma ontologia informada pelo realismo crítico, as estruturas sociais não agem por si só, mas sim pela relação estrutura-agente. As possibilidades desta relação também devem ser explicadas pela teoria, considerando tanto a possibilidade de reprodução quanto de transformação das estruturas. Apesar da autonomia das estruturas, o que deve interessar para as ciências sociais é a relação das estruturas com seus agentes e, dado esta relação, as possibilidades que se abrem para produzir algumas tendências e a impossibilidade de outras. Mais uma vez, cabe a filosofia indicar as possibilidades de se explicar a realidade como um sistema aberto, por outro lado, cabe às teorias formular hipóteses que, dado as características da estrutura, conforme as estratégias dos agentes, há possibilidades de usar as forças estruturais para determinadas direções e com isto impor uma tendência que pode afetar os fenômenos sociais. Outras estratégias esbarram nas resistências estruturais e podem ser viabilizadas apenas se considerarmos um novo processo de transformação estrutural. Como colocado por Jessop (2005), (2008), as estruturas tem uma seletividade que viabilizam determinadas estratégias dos agentes e realizam ações e possíveis determinações, ao mesmo tempo têm resistências a outras estratégias que impedem que a ação esperada pela estratégia seja realizada e seja causa de eventos.

Outro passo importante na ontologia das teorias é a relação entre estruturas, ou mais detalhadamente, entre as tendências estruturais que resultam das relações entre estrutura e agente. Neste sentido, a ontologia pode esclarecer qual o domínio que a teoria procura explicar, qual ou quais estruturas e quais relações estruturais. No caso das ciências sociais, parece ser difícil que uma dada teoria se concentre apenas em uma dada estrutura e explique apenas uma tendência estrutural que pode afetar a realidade. Dado a impossibilidade de fazer experimentos, há também a impossibilidade de isolar as estruturas e se concentrar apenas em uma dada estrutura e indicar sua tendência. Mesmo que teorias adotem o atomismo, isto é, que a relação entre estrutura e agente tenha sempre a mesma direção, o próprio caráter social da realidade reconhecido pela teoria implica em estender a explicação para a relação entre os átomos. A ontologia faz esta pergunta para as teorias, como explicam as relações entre as estruturas selecionadas e entre estas e as não selecionadas? Isto é, como tratam as relações ocorridas no domínio atual? Neste contexto, é que devemos entender se as teorias fazem uma opção pelo isolacionismo e para as relações constantes entre estruturas que podem levar a explicação para um sistema fechado.

Como vimos, o isolacionismo pode ser um erro das teorias que pode levar a explicação para um sistema fechado. Isto é, considera que as estruturas X e Y quando se encontram terão como

resultado Z, pois sua relação independe do contexto e, portanto, de outras possíveis relações que as estruturas X e Y podem ter. Por exemplo, dado A:X-Y, o resultado será Z, dado B:X-Y o resultado também será Z, pois a relação estrutural pode ser isolada pois independente do contexto. Outro erro que pode ser confundido com o isolacionismo é quando a teoria considera a relação X e Y constante e mesmo admitindo que outros contextos podem afetar o resultado, a relação X e Y resultará sempre em Z, sendo que as demais estruturas que podem gerar também suas tendências, por isto o não isolamento das estruturas, são insuficientes para afetar o efeito que a determinação estrutural estudada tem na realidade. Assim, pode-se considerar que há a contribuição de explicar parte da realidade, isto é, a relação X e Y resulta em Z, sendo que a realidade é igual a Z mais outras determinações (seja em função aditiva ou qualquer outra função).

Neste ponto, a ontologia pode, de um lado, revelar o potencial e limites da teoria em explicar a relação entre estruturas e, de outro lado, indicar também os perigos de utilizar a teoria de forma a incorrer em isolacionismo e constantes conjunções, o que transforma a teoria em um modelo fechado de explicação da realidade. Uma contribuição que a ontologia pode dar é evitar que a explicação da teoria sobre relações possa transformar o que é uma teoria geral sobre tendências em teoria de aplicação generalizada por identificar causas, o que seria uma extensão indevida. Como colocado acima, é esperado que as teorias apresentem hipóteses não só sobre o funcionamento de uma dada estrutura frente a estratégia dos agentes, mas também que apresente hipótese sobre as relações estruturais e as estratégias para direcionar estas relações. Espera-se, portanto, de teorias que expliquem relações e suas tendências. No entanto, de acordo com uma ontologia informada pelo realismo crítico, não se passa imediatamente do domínio real, onde estão as estruturas e as relações entre as estruturas, para o domínio empírico, onde as causas dos fatos e fenômenos podem ser identificadas. A intermediação do domínio atual também explica fatos e fenômenos pois é neste domínio que se realiza a conjunção de todas as relações estruturais. As determinações estruturais, conforme indicado pela teoria, permanecem presentes do domínio real, mas sua determinação final no domínio empírico pode não se revelar pois contra-tendências podem ocorrer no domínio atual que contra-balancem ou neutralizem as forças estruturais reveladas pela teoria. Assim, uma teoria pode identificar uma tendência estrutural, mas não significa que explique uma parte da realidade, pois a realidade não é soma (ou qualquer outra função) das determinações estruturais. Por isso que a ontologia pode estabelecer o potencial explicativo e o limite das teorias.

Voltando ao objetivo do ensaio, qual a implicação da ontologia na reorientação do ensino de Economia? Como colocado anteriormente, o ensino está centrada na apresentação de teorias e na aplicação das teorias para análises e os chamados testes empíricos buscando falsificar ou simplesmente testar o poder explicativo das hipóteses fornecidas pela teoria. A primeira implicação da crítica ontológica é adicionar um novo sentido para análise das teorias, isto é, não apenas da teoria para análise, mas da teoria para a visão de realidade econômica que esta teoria busca explicar. Neste movimento em direção a complexidade e riqueza do domínio real, onde localizam-se as estruturas e a relação com os agentes, pode-se revelar que o método adotado pela teoria é uma simplificação da realidade. Este não é um problema, mas o início de um questionamento sobre a ontologia da teoria. Como toda teoria é uma simplificação, o problema não está na simplificação por si só, mas qual simplificação? Um possível erro da simplificação é transformar a realidade em um sistema fechado. De outro modo, um possível acerto da teoria é identificar tendências que emergem da relação estrutura e agentes e, a partir daí, orientar análises para a possibilidade de sua realização ou não frente a relação com demais tendências estruturais.

A teoria, ao ser uma simplificação e não ser holística, seleciona estruturas que por sua capacidade de ação e pelo direcionamento de suas forças podem explicar as causas de alguns fenômenos. A crítica ontológica visa revelar o que algumas teorias tomam como pressuposto implícito: a visão de realidade como um mundo estruturado, horizontalmente e verticalmente, orgânico (com relação entre as estruturas) e tripartite em termos de domínios. Como Lawson (2003, cap.2) defende, há uma teoria da ontologia social embasando as teorias econômicas. Cabe à

crítica ontológica revelar esta visão de realidade econômica por trás das teorias econômicas. Por isto, antes da metodologia, deve-se preocupar com a ontologia das teorias.

Por fim, espera-se que a preocupação com a ontologia no ensino das teorias econômicas permita a formação, pelos alunos, de uma visão de realidade econômica aberta. Ou em termos mais específicos, de uma visão de economia capitalista cujas estruturas foram constituídas e determinadas historicamente, mas que há várias possibilidades de desenvolvimento a partir da ação sobre as estruturas e sobre as relações entre as estruturas. Acredita-se ainda que a crítica ontológica permitirá que o ensino de Economia contribua para formação de uma visão de realidade econômica complexa, isto é, com a conjunção de várias estruturas conforme a seleção e privilégio dado pelas teorias. Acredita-se também que ao dar ao aluno uma formação da realidade econômica a partir das visões embutidas nas várias teorias, pode-se ter uma visão mais complexa da realidade, que será fruto da síntese que cada um deve fazer. O realismo crítico informa a base filosófica de uma realidade complexa e aberta e a crítica ontológica das teorias dá, por sua vez, os elementos para formar uma visão de mundo complexa e aberta. Além de manter a defesa do pluralismo no ensino de Economia para haver a apresentação das várias escolas do pensamento econômico, a reorientação para a ontologia defende que o pluralismo e a crítica ontológica das teorias contribuem para a formação de uma visão mais complexa da realidade econômica.

V- Reorientações para o ensino de Economia II: da teoria de um sistema aberto para a análise da realidade contingente

O realismo crítico pode oferecer novas referências para superar o problema da dicotomia teoria e prática na ciência econômica e no ensino de Economia. Estas referências podem dar uma nova reorientação para o ensino de Economia, mais especificamente para atravessar em bases seguras a distância entre teoria e análise. Para esta contribuição, é preciso entender a proposição realista (isto é, informada pelo realismo crítico) para as teorias como explicação das relações estruturais e de suas ações, direções e tendências no domínio real. Portanto, entender o caráter realista das teorias para explicar uma realidade tal qual um sistema aberto é também ter consciência de seu potencial de explicação de tendências estruturais e de seu caráter transcendente e não necessariamente atual e empírico. A seção anterior tratou desta orientação do realismo crítico e sua mensagem de reorientação para o ensino de Economia. Uma segunda reorientação é entender a realidade histórica como um momento de relação temporal e espacial fixa, o que garante um sistema fechado em um dado período de tempo e sobre um dado espaço social. Frente as possibilidades abertas pela filosofia do realismo crítico e pelas teorias transcendentais de sistemas abertos, a análise deve explicar o caráter contingente de uma dada realidade.

Em uma visão enriquecida pelo realismo crítico, a análise assume uma perspectiva de que explicar a realidade não é mera aplicação das determinações estruturais apresentadas e reveladas pelas teorias. Primeiro, como já visto, porque a inteligibilidade não é apenas possível a partir de deduções de regularidades. Segundo, a realidade não é o somatório (ou qualquer outra função) das determinações estruturais reveladas pelas teorias. Terceiro, o domínio atual é uma intermediação em que as tendências estruturais se encontram. Quarto, haja visto que se entende a realidade como um sistema aberto, não há *a priori* uma hierarquização rígida de uma determinação estrutural sobre outras. Por isto que as determinações estruturais se realizam como causas de determinados fatos e fenômenos apenas em determinadas condições espaço-temporais, o que dá um caráter contingente ao sistema fechado que ocorre historicamente (o que inclui também a dimensão espacial, portanto também geograficamente). Quinto, cabe à análise explicar o que Jessop (1982) chamou de 'necessidade contingente'. De um lado, a análise deve explicar que as causas são tendências estruturais que emergem da relação estrutura-agentes no domínio real. Neste caso, a análise tem que recorrer às teorias para identificar quais tendências estruturais que se realizaram em causas dos fatos e fenômenos. De outro lado, o exercício da análise é estudar o domínio atual onde as

tendências estruturais se encontram, em dada conjuntura, e o resultado destas conjunções de tendências é contingente. Por estes motivos, e outros que podem ser adicionados, acredita-se que o realismo crítico eleva o significado do exercício de análise para algo muito maior do que a aplicação de teorias e testes de hipóteses. É na análise que reside o objetivo da teoria transcendente, pois mostra seu poder explicativo, dado que o próprio caráter realista transcendente impede qualquer delírio preditivo.

A reorientação para análise, a partir de uma nova visão sobre teoria e sobre a ontologia da realidade social, deve superar três erros normalmente encontrados nas pesquisas, conforme apontado por Lawson (2003, 54):

- (i) Tratar categorias abstratas da realidade como se fossem concretas;
- (ii) Tratar conjunturas como se fossem a única expressão da realidade;
- (iii) Tratar conjunturas específicas como se fossem necessariamente recorrentes.

Alguns comentários sobre estes pontos são necessários não apenas para não incidir nestes erros, mas para indicar um caminho informado pelo realismo crítico.

O primeiro erro é comum no salto da teoria para a análise, ao querer usar a teoria sem intermediações. Ao considerar a ontologia da realidade como plana e com apenas um domínio, pode-se incidir no erro já apontado do empirismo e do mecanicismo, isto é, entender a realidade como expressão direta das determinações dadas pelas teorias. A visão defendida neste ensaio rejeita e critica tanto o empirismo que aceita apenas as deduções a partir de regularidade de eventos, se há ocorrência regular de X e Y, pode-se deduzir que X determina Y (ou vice-versa), quanto a visão que aceita que a teoria explica a causalidade entre X e Y e, por extensão direta coloca que se na realidade há a estrutura X necessariamente a conjuntura resultará em Y. A análise realista não depende de regularidade de eventos, e por isto deve tratar a realidade como uma conjuntura contingente e única. A análise deve ser teoricamente informada, daí a recomendação do marco teórico como uma hipótese para a investigação. O que não se pode fazer é transformar uma realidade tripartite, hierarquizada, com autonomia e relação entre os domínios em uma realidade plana e as tendências em causas inexoráveis. As categorias abstratas são realistas, no sentido de serem informadas pelo realismo crítico, e pertencem ao domínio real, produzem tendências que estão sempre presentes, por isso são transcendentais, mas não significa que sejam mecanicamente realizadas e empiricamente reveladas, pois há autonomia do domínio atual e empírico. Tanto as categorias abstratas, quanto as categorias concretas e empíricas são realistas, mesmo que a categoria abstrata não afete uma determinada realidade, mesmo que ela não seja percebida empiricamente.

Ao partir de um marco teórico, as categorias abstratas e as hipóteses causais dadas pela teoria são do domínio real e apresentam suas influências e efeitos sobre os demais domínios da realidade. A análise deve se concentrar no domínio atual para explicar a combinação das tendências estruturais que podem, em um sistema aberto, intensificar, redirecionar, neutralizar ou até mesmo inverter a tendência dada por uma categoria abstrata. Investigar o domínio atual é aceitar que a realidade aberta pela ação das múltiplas tendências e sem uma combinação constante na relação entre as tendências estruturais se transforme em uma realidade fechada temporariamente. Esta realidade fechada é que deve ser estudada pela análise, o que não significa negar que a realidade seja aberta, que as categorias abstratas estejam sempre presentes nas conjunturas, embora suas tendências não necessariamente sejam determinações causais da realidade fechada temporariamente. O que a análise deve explicar é a conjuntura espaço-temporal não como oposição às determinações estruturais, mas como sua síntese contingente, pois não é definida *a priori* por nenhuma teoria totalizante e com aspirações totalitárias. A riqueza da análise está em, mesmo partindo de um marco teórico definido previamente pela opção do pesquisador, explicar que a hipótese dada pela teoria é uma tendência que se combina com outras tendências em condições e espaços fechados que, por suas características específicas, podem reforçar ou contra-balançar as

categorias abstratas. A riqueza de uma análise que visa explicar o caráter contingente da realidade não está em falsificar ou reafirmar determinada teoria mas sim identificar as tendências determinantes e em explicar como se combinaram de forma contingente e única. Explicar como a conjunção de tendências reforçaram, redirecionaram ou contra-balançaram a hipótese causal inicialmente proposta pela teoria é o propósito da análise, sem necessariamente falsificar ou não a teoria escolhida.

O segundo erro, ou perigo para a pesquisa, é cometido pelo realismo empirista e evitado pelo realismo crítico. Trata-se de entender o caráter transcendente das tendências no domínio real, das determinações que também ocorrem no domínio atual e dos limites do domínio empírico. Trata-se também de entender as possibilidades da realidade como um sistema aberto, isto é, em termos abstratos podemos definir forças, tendências, direções e mesmo excluir determinados resultados frente as estruturas atuantes. Ao mesmo tempo, temos que tratar a realidade como um sistema aberto, quando trabalhamos no domínio real e queremos identificar forças, tendências transcendentais, de um lado, temos também que tratar a realidade como concreta, contingente, única, isto é como um sistema que se fechou temporariamente e espacialmente, pois estamos trabalhando no domínio atual e empírico. A teoria aborda a realidade como um sistema aberto, a análise aborda a realidade como um sistema fechado. Não há contradição entre teoria e análise quando consideramos que a teoria é uma abstração no significado transfactual dado pelo realismo transcendente, isto é, as tendências identificadas pelas teorias estão presentes e atuantes no concreto mas podem não ser determinantes. Da mesma forma, não há contradição entre teoria e análise quando consideramos que cabe à análise explicar um dado resultado empírico como combinação de várias tendências abstratas.

Uma ressalva é necessária neste momento em que assume-se que na metodologia da análise deve-se partir de um dado marco teórico, de um lado, e considera-se que a análise não é um teste de falsificação da teoria. A ressalva necessária é que o conhecimento, a ciência e suas teorias são falíveis, transitivos e, portanto, sujeito a erros. Como colocado repetidamente, um dos fundamentos do realismo crítico é considerar a realidade intransitiva e o conhecimento é transitivo²¹. O caráter intransitivo da realidade está em sua independência do conhecimento, o caráter transitivo do conhecimento está na sua tentativa de explicar a realidade e em sua dinâmica com erros e acertos. Esta ressalva é para esclarecer que na formação do conhecimento não há apenas o sentido da teoria para a análise, mas também da análise para o desenvolvimento da teoria. Posto isto, no momento não há o propósito de questionar a teoria como verdadeira ou não, como relevante ou não, mas sim como o realismo crítico pode enriquecer a relação teoria e análise.

O terceiro erro ou perigo deve-se à análise de um sistema fechado querer generalizar o seu poder explicativo para própria realidade, que deve ser encarada como um sistema aberto. O erro da 'generalização do particular' fica mais fácil de ser identificado quando se utiliza a ontologia do realismo crítico. Este erro significaria transformar o sucesso em explicar uma dada realidade fechada em determinação para explicar a realidade aberta, ou em transformar o particular em geral, o concreto em abstrato, a transferência do que acontece no domínio empírico e atual para o domínio real. Assim como no empirismo, o perigo está na transformação da realidade tripartite em uma realidade plana. Ao invés da irreducibilidade dos três domínios, com a transcendência das tendências no domínio real, a combinação de tendências no domínio atual e a percepção dos fatos e fenômenos no domínio empírico, o que permite investigar a causalidade da realidade temporariamente fechada, como esperado por uma análise baseada no realismo crítico, o erro pode ocorrer quando há a cristalização das relações estruturais no domínio atual e sua generalização e penetração no que seria o domínio real. O perigo, mais uma vez, está na ausência de distinção entre os domínios.

Um modelo teórico que é referência inicial para explicar uma dada realidade, portanto algo concreto e específico, indica as tendências estruturais transcendentais e indica ou aceita também um

²¹ Bhaskar(1978), cap.1: Philosophy and Scientific Realism.

espectro de combinação destas tendências estruturais. Posto a teoria como referência inicial, cabe à análise explicar como as tendências efetivamente se combinaram formando a causalidade daquela realidade contingente. Torna-se importante separar as tendências, que são transcendentais, de suas combinações em dado contexto fixo e com novas variáveis ligadas a temporalidade e espacialidade deste contexto fixo. Por exemplo, da mesma forma está incorreto afirmar que o que acontece no capitalismo americano acontecerá também no capitalismo brasileiro, assim como afirmar que tendências reveladas no capitalismo americano não ocorrem no capitalismo brasileiro. No primeiro caso, há a simplificação de não considerar as determinações que acontecem na espacialidade fixa, seja da economia americana, seja da economia brasileira, que podem dar uma nova direção às tendências das estruturas capitalistas. No segundo caso, a simplificação está descartando determinações das estruturas capitalistas que existem nas duas economias e que, segundo a teoria, geram tendências estruturais.

Mais uma vez, qual a implicação da ontologia na reorientação do ensino de Economia. Neste segundo caso, a reorientação permite entender que a teoria deve tratar a realidade como um sistema aberto, com possibilidade de múltiplos resultados que, por sua vez, podem ser explicados a partir das tendências apontadas pelas teorias. Da mesma forma, a crítica ontológica permite entender que a análise deve tratar as evidências empíricas como um sistema fechado e único que deve ser explicado pelo caráter contingente das combinações das tendências estruturais e das variáveis ligadas ao tempo e espaço daquela conjuntura. De forma extrema, esta nova visão de teoria e análise, informada pela ontologia, permite libertar a análise econômica da escravidão das determinações teóricas, da rigidez metodológica em seguir exclusivamente o método dado pela teoria escolhida e dos testes de hipóteses. Isto porque a teoria é encarada, a partir da ontologia, como uma referência para indicar tendências. A metodologia depende muito mais do objeto de estudo, de como se encara a combinação das tendências estruturais com as variáveis de tempo e espaço, do que da rigidez de seguir um método imposto pela teoria escolhida. E, por fim, a análise pretende explicar uma dada realidade e não testar teorias, pois, como vimos, tendências estruturais apontadas pela teoria podem ser reais, sempre presentes, mas não necessariamente com poder de determinação sobre uma dada realidade.

VI- Conclusão:

De forma descritiva ou normativa, a epistemologia informa ou prescreve uma forma ideal de investigação científica. Não são raros os casos em que a prática científica se desenvolve criativamente desligada de um rigor metodológico e de recomendações epistemológicas.²² As ciências sociais e, em particular, a ciência econômica tem a mesma separação entre prática criativa e epistemologia. No caso da Economia, a busca do caráter científico é agravada pela mimetização das ciências naturais na tentativa de tornar a Economia uma ciência social mais próxima da *hard science*. A dificuldade da prática científica é, no melhor dos casos, transposta para o ensino de Economia e a dicotomia teoria e prática aparece como um imenso abismo a ser atravessado em pontes frágeis por alunos. No pior dos casos, a metodologia do *mainstream* é ensinada não apenas como a visão hegemônica mas como a correta e, a partir daí, todas as críticas ao *mainstream* podem ser estendidas ao ensino de Economia e aos trabalhos dos alunos.

O realismo crítico como uma proposta filosófica para uma teoria da ciência não reinventa a prática científica ou prescreve uma nova prática, propõe sim uma noção de ciência mais adequada a explicar a realidade como um sistema aberto. Isto a investigação científica já fazia há muito tempo. Como apresentado nas seções iniciais, o caráter científico da Economia pode ser tal qual o das ciências naturais mas a identidade deve ser o realismo da ciência ao tratar a realidade como tripartite com seus domínios reais, atuais e empíricos e suas tendências transcendentais que podem se realizar ou não na determinação dos fenômenos e fatos, dependendo do que acontece em seus domínios, que devem ser tratados em sua autonomia. Apesar da diferença de objeto de estudo e,

²² Ver Fullbrook (2009), cap. I: Introduction: Lawson's reorientation.

principalmente, das estruturas determinantes e seus mecanismos detonadores de ação, que no caso das ciências sociais é a relação estrutura-agentes sociais, as ciências sociais são tão realistas quanto as ciências naturais.

Quais as implicações desta noção de ciência dada pelo realismo crítico para Economia e para o ensino de Economia? Este foi o objetivo central do ensaio. Mais especificamente, como uma ciência e seu ensino centrados em teoria podem melhorar a relação entre teoria e análise da realidade? Houve a proposta de duas reorientações.

Primeiro, a reorientação para a ontologia. A relação teoria e análise precisa dar um passo para trás para seguir em frente em bases mais seguras. A reorientação é para perguntar sobre qual visão de realidade ou, mais especificamente, qual realidade econômica e social a teoria procura explicar. Como vimos, toda a teoria é uma simplificação da realidade, mas qual simplificação é feita e qual realidade se imagina explicar. Uma teoria realista, ou melhor, informada pelo realismo crítico, tem a sua simplificação pela seleção de estruturas que pretende analisar mas, por outro lado, não pode fazer a simplificação de reduzir as instâncias de cada domínio a apenas um só domínio. Isto porque o realismo crítico visa tratar a realidade como um sistema aberto cujas causas são transcendentais, geradas tanto no domínio real quanto no domínio atual. A reorientação da epistemologia e metodologia para a ontologia permite uma nova visão da teoria e da análise. A teoria deve ter um poder explicativo em um sistema aberto, relacional, dinâmico e processual. Conforme o contexto, a teoria centrada em dadas estruturas pode ter um grande poder explicativo quando as tendências estruturais estudadas e identificadas como causas transcendentais têm, nas relações estruturais, um poder determinante sobre o resultado revelado em eventos, fenômenos e fatos. Esta mesma teoria pode ter um poder explicativo menor sobre uma outra realidade, em um novo contexto, quando suas causas transcendente são contrabalançadas por outras causas na relação estrutural. A ontologia permite que teorias explicitem a visão de realidade que, na maioria das vezes, está implícita nas teorias. A crítica ontológica permite discutir se teorias baseadas em uma visão restritiva da realidade podem ser aplicadas para sistemas abertos.

A segunda reorientação está motivada pela nova visão de análise. Houve a defesa neste ensaio de que o realismo crítico permite superar os erros e perigos do empirismo e do mecanicismo. As teorias de sistemas abertos, quando referências para a análise, devem explicar uma realidade fechada, contingente, específica, que não pode ser generalizada. Há, assim, um grande exercício de se explicar, a partir das teorias e suas causas transcendentais, o que acontece no domínio atual com as relações entre as tendências estruturais. Neste exercício deve haver uma revalorização da diversidade das estruturas, desde as estruturas de mais longa duração, como as estruturas capitalistas, até as estruturas que caracterizam o tempo e espaço, que formam a geografia e história de um contexto. O realismo crítico com sua visão tripartite da realidade permite explicar que uma causa transcendente, identificada por uma teoria, tenha um efeito sobre uma dada realidade e um efeito maior, menor ou nulo sobre outra realidade. Por isto a causa, mesmo sendo transaccional, é contingente, pode ser determinante em uma situação, como pode também ter seu efeito reduzido ou neutralizado em outra. A reorientação do ensino de Economia é em direção a uma revalorização da análise como um exercício que parte de teorias mas que deve também acrescentar variáveis do espaço e do tempo para produzir o que o cientista, analista e intelectual perseguem, isto é, explicar a realidade. Acredita-se que com estas reorientações, a relação teoria e análise pode ser feita por uma ponte mais robusta e de mão dupla e, assim, se evitar um grande salto sobre um abismo.

Referências Bibliográficas:

- Arida, Pérsio (1996) “A história do pensamento econômico como teoria e retórica”. In: Rego, José Marcio (org.) *Retórica na Economia*. São Paulo: Editora 34, p. 11-46.
- Backhouse, Roger (1994) “Introduction: new directions in economic methodology”. In: Backhouse, Roger E. (ed.) *New Directions in economic methodology*. London and New York: Routledge,

p.1-24.

- Bhaskar, Roy ([1978] 2008) *A Realist Theory of Science*. Oxon, U.K.: Routledge.
- Bhaskar, Roy ([1979] 1998) *The Possibility of Naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences*. London: Routledge.
- Caldwell, Bruce (2009) ‘Some comments on Lawson’s Reorienting Economics: same facts, different conclusions’. In: Fullbrook (2009).
- Dunn (2004) “Transforming Post Keynesian economics: critical realism and the Post Keynesian project”. In: Lewis, Paul (ed.) (2004).
- Fleetwood, Steven (ed.) (1999) *Critical Realism in Economics: development and debate*. London: Routledge.
- Fullbrook, Edward (ed.) (2009) *Ontology and Economics: Tony Lawson and his critics*. London: Routledge.
- Jessop, Bob (1982) *The Capitalist State: marxist theories and method*. Oxford: Basil Blackwell.
- Jessop, Bob (1990) *State Theory: putting capitalist states in their place*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Jessop, Bob (2005) “Critical Realism and the Strategic-Relational Approach’. *New Formations*, n.56, p. 40-53.
- Jessop, Bob (2008) *State Power*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Lawson, Tony (1997) *Economics and Reality*. London, Routledge (versão e-book).
- Lawson, Tony (2003a) *Reorienting Economics*. London: Routledge.
- Lawson, Tony (2006) “The nature of heterodox economics”. *Cambridge Journal of Economics*, , 30, 483–505; doi:10.1093/cje/bei093.
- Lawson, Tony (2009) ‘History, causal explanation and ‘basic reasoning’: reply to Caldwell’. In Fullbrook (2009).
- Lewis, Paul (ed.) (2004) *Transforming Economics: perspectives on the critical realist project*. Oxon, UK: Routledge (versão e-book).
- Sofianou, Evanthia (1995) ‘Post-modernism and the notion of rationality in Economics’, *Cambridge Journal of economics*, vol. 19, no.3, p.373-89.

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Nº 01/09 - ARIENTI, Wagner Leal. Introdução ao Realismo Crítico e sua contribuição para a reafirmação da heterodoxia na teoria econômica.

Nº 02/09 - ARIENTI, Wagner Leal. Realismo Crítico e o ensino de Economia: possibilidades de reorientações.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Campus Universitário – Trindade
CEP 88.049-970 – Florianópolis - Santa Catarina
Tel.: (48) 3721.9458 – Fax (48) 3721.9776

<http://www.cnm.paginas.ufsc.br>

e-mail depenm@cse.ufsc.br